

## APRESENTAÇÃO

Uma visão genérica das africanidades pode oferecer aos neófitos no tema que o estudo desse assunto não é uma tarefa simples. Ela abrange campos tão diversos, mas que na Educação se tocam e se complementam.

Nessa perspectiva, torna-se importante rever, mesmo que brevemente, trabalhos das africanidades desenvolvidos por diversos pesquisadores e pesquisadoras em áreas tão distintas, porém que nos auxiliam a defrontar-se com tais estudos, procurando consonância entre eles e, nesse sentido, contribuindo para uma reflexão sobre nossa prática educacional, especialmente na área da Educação das relações étnico-raciais.

As primeiras autoras desta edição, Claudia Miranda e Fanny Milena Quiñones Riascos, no artigo “*Pedagogias decoloniais e interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista*”, nos apresentam um trabalho que está baseado em uma construção na qual “decolonialidade” é a chave para a consolidação de outros pontos de vista sobre a nossa autoformação e possíveis aprendizados a partir das proposições que saem das configurações de resistência antirracistas. As pedagogias decoloniais obtêm centralidade porque pertencem a uma visão educacional emergente, que será melhor compreendida quando alinhada com estudos desenvolvidos em diálogo com os movimentos sociais. As autoras discutem sobre os aprendizados possíveis que vêm do que é da nossa cultura. Sugerem que enfrentemos os problemas relacionados com as várias operações que facilitaram a criação de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e outras regiões do mundo. Elas compreendem que o pensamento decolonial assume o desafio de atalhos de construção que inspiram rebelião e desobediência.

Wilma de Nazaré Baía Coelho e Nicelma Josenila Brito Soares, em “*A implementação das Leis nº 10.639/2003*”

e nº 11.645/2008 e o impacto na formação de professores”, apresentam um estudo sobre os processos de formação de professores por meio de uma análise de marcos legislativos que regulam os processos educativos em nível nacional. Suas análises se preocupam em apontar em que medida a formação de professores, estabelecida na legislação que rege a educação no Brasil, abordou as formulações elaboradas para a produção acadêmica sobre este campo. Este investimento, inicialmente, vai exigir que raciocinar sobre os marcos regulatórios que moldam o campo educacional, por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira [LDB] (Lei nº 9.394/1996) em vigor hoje em dia, concentrando-se as modificações definidas como resultado da promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11645/2008. Neste esforço, apontam aspectos que formam a LDB, para depois situarem as produções acadêmicas que deram origem à filiação desta política e, posteriormente, analisam o impacto da formação de professores nas ações de implementação das outras leis mencionadas.

Kevin Michael Foster nos aponta, em “*Fundamentos institucionais para um trabalho transformador com alunos e em escolas*”, que as oportunidades educacionais nos EUA não estão distribuídas uniformemente. Há diversos desafios enfrentados desproporcionalmente por estudantes negros e pobres, o que acaba os levando a resultados irregulares no rendimento escolar. Este ensaio usa o exemplo de um instituto específico de base universitária para mostrar como as parcerias entre faculdades, escolas e comunidades podem melhorar a probabilidade de sucesso escolar entre as populações minoritárias e empobrecidas. Ele também argumenta que o trabalho envolvido na comunidade, com populações de estudantes e famílias carentes, por meio de uma atenção cuidadosa, pode ser necessário para alcançar transformações estruturais que asseguram que todos os estudantes tenham um bom rendimento nas escolas.

Lucimar Rosa Dias e Maria Clareth Gonçalves Reis, no artigo “*Currículo na Educação Infantil e as Ciências da Natureza: (re)educando para a diversidade étnico-racial*”, analisam as proposições curriculares da Educação Infantil nas cidades do Rio de Janeiro – RJ e de Curitiba – PR, e as habilidades relacionadas às Ciências da Natureza que foram estipuladas nelas. As autoras chamam a atenção para a necessidade urgente de atualização dos documentos da LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil [DCNEI], ao mesmo tempo em que indicam práticas pedagógicas a serem realizadas imediatamente. Essas práticas são necessárias para garantir às crianças da Educação Infantil o direito de aprender conteúdos que pertencem a esta área, tendo uma plural perspectiva, de forma que contemplem a história e a cultura afro-brasileira, cumprindo assim os requisitos legais.

Em “*Práticas pedagógicas para a Lei nº 10.639/2003: a criação de nova abordagem de formação na perspectiva das africanidades*”, Sandra Haydée Petit apresenta algumas experiências de formação de professores, uma nova abordagem para o ensino e a pesquisa-intervenção a partir da perspectiva das africanidades, algo que ela denomina como “*pretagogia*”. Inicialmente apresenta uma breve discussão baseando a necessidade de uma abordagem de ensino e pesquisa compatível com os efeitos da Lei nº 10.639/2003 e prossegue a sua base teórica e metodológica nas africanidades recriadas no Brasil e no continente americano em geral. Posteriormente, se concentra nos resultados de algumas estratégias de ensino e procedimentos de pesquisa de intervenção, os quais estão contribuindo para a formação de professores.

Wanderley Nara Gonçalves Costa e Vanísio Luiz da Silva, em “*À sombra do baobá: a cultura negra na educação etnomatemática*”, propõem uma reflexão para os educadores envolvidos com os elementos da africanidade brasileira na educação escolar, relacionando-os com a produção de conhecimento e a adoção de atitudes e práticas de ensino. Com o objetivo maior de contribuir para a realização das resoluções

das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 pelos professores na área de Ciências Exatas, somos guiados por pesquisas e experiências pessoais ligadas ao programa de etnomatemática para enfatizar que o uso da dialética entre a matemática da modernidade com a da africanidade torna possível a criação de narrativa brasileira hegemonicamente diversificada. Assim, os envolvimento entre etnomatemática e outros campos do conhecimento que apontam aprender os fatores culturais e os direitos fundamentais da pessoa humana nos permite adotar uma perspectiva socioconstrutivista da psicologia da educação matemática – o que nos leva a sugerir que a afeição deve ser tomada como fator relevante para a aprendizagem escolar. Por fim, argumentam que a recepção desta norma, em conjunto com a abordagem pedagógica que considera os elementos estruturais da africanidade, pode contribuir para o surgimento de conceitos e valores relevantes para o estabelecimento de métodos educacionais mais adequados à população brasileira.

Julvan Moreira de Oliveira, em “*Causos do imaginário e da memória negra: contribuições para uma antropologia educacional*”, apresenta um conjunto de conhecimentos presentes na população negra da cidade de Além Paraíba, na Zona da Mata de Minas Gerais. O autor levanta uma série de causos, histórias produzidas por uma memória negra, cujas riquezas de detalhes nos convidam a desconstruir as visões reducionistas, revelando uma realidade permeada por sutilezas conceituais até então negligenciadas pelo pensamento hegemônico.

Em “*Ferro, ferreiros e forja: o ensino de Química pela Lei nº 10.639/03*”, Anna M. Canavarro Benite, Juvan Pereira da Silva e Antônio César Alvino admitem a negação e a invisibilidade de um passado em ciência e tecnologia dos povos africanos e da diáspora. Os autores apresentam uma proposta de um ensino de Química descolonizado, a partir do reconhecimento do hibridismo da sociedade brasileira multirracial. Eles apontam para a rigidez do currículo (muito focada em conteúdos formais), o empobrecimento dos seus recursos e a necessidade

de diálogo com a cultura e história africana e afro-brasileira como um instrumento de articulação desse currículo. Usam o contexto da transformação da matéria (o ferro), a força motriz (os ferreiros), por meio do trabalho (a forja), para romper com a epistemologia curricular e apresentar a Ciência / Química na perspectiva africana.

*“A filosofia africana e o projeto identitário: perspectivas e desafios da educação no contexto da globalização”* é o tema desenvolvido por Gregório Mangana e Anselmo Chizenga. Eles analisam o contexto e as metamorfoses da produção, a (re)significação objetiva e subjetiva da África na filosofia e o seu impacto sobre a afirmação das identidades africanas, com foco na esfera educacional, no que se referem a grandes questões sobre as perspectivas endógenas do contexto da globalização. A metodologia empregada foi a revisão da literatura de autores africanos e não africanos que discutem o tema da filosofia africana, identidade e educação. É possível perceber, a partir deste artigo, que o processo de afirmação da identidade reflete na esfera educacional, que está cheia de desafios e perspectivas.

*“A experiência escolar nas narrativas de identidade étnico-racial: estudo retrospectivo de uma professora negra do município de Juiz de Fora, MG”*, de Andressa Lima Talma, tem o objetivo de compreender a história de vida pessoal e escolar de uma professora negra. O estudo aponta que, mesmo com a ausência da temática africana e afro-brasileira na formação inicial e continuada da professora, seu engajamento em trabalhar com a educação das relações étnico-raciais se deu pelas histórias contadas pela sua mãe, sobre seus antepassados e a aproximação dela com o movimento negro.

Esperamos que esse dossiê possa representar uma indicação para aqueles que realizam estudos e desenvolvem pesquisas no campo da Educação.